

PROINFANTIL, ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Magna Eutimia Lacerda Veloso¹

Roberta de Moraes Jesus de Souza²

“Educar nos obriga não só saber tratar com o conhecimento, mas também a pensar, organizarmos, respeitar-nos num permanente diálogo com os outros” (LOPES, 1998).

RESUMO

O presente relato de experiência foca-se em um programa semi-presencial na Agência Formadora do Núcleo de Tecnologia Educacional de Rio Verde, Goiás, o PROINFANTIL (Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil), especialmente nos relatos dos professores cursistas deste programa a partir do nosso ponto de vista de professoras formadoras. Existe por parte dos professores formadores um incremento à participação ativa e autônoma dos cursistas, que aprendem, trabalham e constroem suas pedagogias, baseados naquilo que estudam e na prática que vivenciam. Decorre daí uma relação de angústia por trabalharem em realidades por vezes tão adversas ou em níveis superficiais de um ensino de qualidade para a Educação Infantil. Antigamente, a criança não era vista como um ser com características específicas e vivia no anonimato. Posteriormente, passou a ser vista como um adulto em miniatura. Atualmente, a Educação Infantil vem sendo reconhecida e valorizada há pouco tempo, principalmente depois da LDB 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e com a criação do RCNEI (Referencial Curricular Nacional em Educação Infantil). Haja vista a pertinência da Educação Infantil, o professor desta faixa etária precisa dar à criança uma educação de qualidade. Todavia, a prática ainda é muito distinta da teoria. Mesmo com a oferta de uma formação continuada e específica, uma das principais reclamações dos professores cursistas são os obstáculos para unir a teoria à prática: rotinas e horários inflexíveis, escassez de materiais de higiene e didático-pedagógicos, distanciamento entre instituição de Educação Infantil e família, etc. A nossa pretensão é não apenas expor um simples relato de experiência, mas propor uma reflexão sobre nossa prática como educadoras, como parceiras e companheiras nesta caminhada de descobertas e aprendizados dos alunos cursistas e de seus tutores.

Para iniciarmos este diálogo, sentimos necessidade de retomar alguns aspectos históricos sobre a Educação Infantil. Antigamente, a criança não era reconhecida pela

¹ Professora Formadora do NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) em Rio Verde/GO e tutora do Centro Universitário Claretiano. Mestre em Educação e aluna do curso de Artes Visuais da UFG (Universidade Federal de Goiás). E-mail: magnaflacerda@hotmail.com

² Professora Formadora do NTE (Núcleo de Tecnologia Educacional) em Rio Verde/GO e professora do IESRIVER (Instituto de Ensino Superior de Rio Verde) – Faculdade Objetivo. Mestre em educação e aluna do curso de Licenciatura em Informática da UEG (Universidade Estadual de Goiás). E-mail: robertamjsouza@yahoo.com.br

sociedade e, até mesmo, atos de violência contra ela eram considerados normais. Isso ocorria, consoante Corazza (2002), porque antes da Antiguidade até a Idade Média não se pensava no, que hoje, é chamado de infância. Assim, não se falava de criança enquanto figura social e cultural. As especificidades e particularidades infantis e a maneira original como a criança concebe o mundo não eram estudadas nem reconhecidas pelos adultos (DELGADO, 2008).

Com a chegada da modernidade, a conscientização sobre infância ainda não era fato, mas passou-se a observar que a criança tinha características distintas de um adulto. “Mesmo sendo considerada como um ser inocente e fraco, um conceito mais depurado passou a ser discursado em prol da criança” (DELGADO, 2008, p. 06). Numa perspectiva histórica sobre o desenvolvimento do conceito de infância na Europa, os estudos de Ariès (2006) apud Delgado (2008), no seu livro *História Social da Criança e da Família*, revelaram que a ideia de infância, no sentido de diferenciação do adulto, é uma construção da modernidade, começando a surgir nos finais do século XVII, nas camadas superiores da sociedade, e se sedimentando no século XVIII. Desta maneira, uma longa caminhada histórica foi necessária para que as crianças fossem percebidas em sua plenitude. Na sociedade contemporânea, a infância é ressignificada e reconhecida como um tempo de direitos na vida das crianças (DELGADO, 2008).

Segundo Delgado (2008), atualmente, é possível verificar que a maioria das crianças ainda não usufruem plenamente dos seus direitos como cidadãos. No caso das crianças brasileiras, principalmente as das classes menos favorecidas, ressalta-se que, apesar de as leis terem avançado, no que diz respeito ao estabelecimento de direitos, a situação da infância ainda não é positiva. É difícil ser criança em uma sociedade cheia de desigualdades e centrada nos adultos, o que coloca a criança, de certa forma, de lado, em outras palavras, em um lugar sem destaque nem importância na sociedade.

Neste relato de experiência descreveremos um pouco da nossa experiência como Professoras Formadoras no Curso de Formação de Professores PROINFANTIL (Programa de Formação Inicial para Professores em Exercício na Educação Infantil), na Agência Formadora do Núcleo de Tecnologia Educacional de Rio Verde, Goiás. Pretendemos ir além de um simples relato de experiência, propondo uma reflexão a respeito de nossa prática como educadoras, como parceiras e companheiras nesta caminhada de descobertas e aprendizados dos alunos cursistas e de seus tutores.

Desde que foi instituída pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, Lei 9.394/96, a Educação Infantil passou a ser observada e estudada criteriosamente em suas especificidades, como um período que deve garantir os direitos da criança como cidadã, de

receber educação e cuidados necessários para sua saúde e desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, cognitivo, afetivo e social. Em 1998, foi criado o RCNEI (Referencial Curricular Nacional em Educação Infantil) em três volumes.

Felizmente, ao longo destes anos, vemos que inúmeros esforços vêm acontecendo para que o funcionamento das instituições de Educação Infantil possa oferecer uma educação com mais qualidade, que atenda aos interesses e necessidades da sociedade, das famílias e das crianças. Neste aspecto, cabe ressaltar a importância da formação do profissional da Educação Infantil, que se faz necessária para se atingir os objetivos desejados para esta fase da vida da criança, pois é ele que irá construir desenvolver e aprimorar uma pedagogia que contemple atenção, cuidado e educação.

A nossa reflexão parte dos pontos e contrapontos levantados pelos professores cursistas e tutores, durante o período de formação, nos Encontros Presenciais, que são realizados semestralmente com os professores formadores, tutores e professores cursistas, os Encontros Quinzenais com os tutores e professores cursistas e Jornadas Mensais com os tutores e professores formadores. Os cursistas e tutores desenvolvem suas reflexões, a partir de suas experiências nas instituições em que atuam. Nestes momentos de estudo, estes profissionais, além de ampliarem seus conhecimentos sobre a Educação Infantil, redefinem e esclarecem questões sobre suas práticas docentes, consolidam ideias que já possuem e constroem hipóteses, já que também são estimulados a fazerem de sua ação um campo de pesquisa.

Existe por parte dos professores formadores um incremento à participação ativa e autônoma dos cursistas, que aprendem, trabalham e constroem suas pedagogias, baseados naquilo que estudam e na prática que vivenciam. Decorre daí uma relação de angústia por trabalharem em realidades por vezes tão adversas ou em níveis superficiais de um ensino de qualidade para a Educação Infantil.

Sabemos que a LDB coloca que a formação de professores é requisito da democratização da educação infantil, indispensável para assegurar o direito de todas as crianças de 0 (zero) a 6 (seis) anos à Educação Infantil. Aspecto tão importante quanto a formação é a construção de uma ambiente educacional e pedagógico, que seja coerente e até mesmo sensível com as novas vivências culturais dos cursistas, para compreender e oferecer meios de uma atuação pedagógica mais eficientes.

Nas interações durante os Encontros Presenciais e até mesmo nos Encontros Quinzenais, uma série de situações costumam ser discutidas, como a rotina de atividades e as formas como elas se organizam nas instituições, por vezes de forma criteriosa, em

cumprimento a horários rígidos, que acabam por inserir a criança em práticas cotidianas inflexíveis.

O professor que estabelece uma prática discursiva sobre o que estuda e sua ação pedagógica percebe que é necessário desenvolver uma prática coerente e significativa, por isto as crianças são vistas por ele como um ser em construção, com gostos, anseios, capazes de agir e modificar o mundo que as cercam.

Comumente percebemos as angústias dos professores cursistas, em trabalhar em instituições com redes de significações divergentes das suas ou que não atendem às diversas necessidades das crianças. As queixas neste sentido são as mais variadas, vão desde as questões básicas de higiene, como de saúde física à questão de ordem ética, moral, profissional e de políticas públicas.

Em seus desabafos, muitos cursistas reclamam da falta de toalhas e copos individuais para as crianças. Outras reclamam que os brinquedos mais novos ficam guardados em armários trancados. Além dos espaços físicos inadequados, falta de equipamentos e materiais, estão entre as queixas mais comuns. Muitos cursistas ressaltam que não possuem autonomia para planejar suas atividades, uma vez que devem seguir modelos de planejamentos prontos, baseados em datas comemorativas ou com esquemas complexos destituídos de significados para determinadas faixa etária de crianças.

Ao considerar a importância da família no acompanhamento e desenvolvimento das atividades na instituição, alguns cursistas relatam que em determinadas instituições, os pais não podem entrar nas dependências da creche, entregam e recebem os filhos no portão, sem manterem contato direto com a professora da criança. Desta forma, em ambos os casos, família, crianças e professores, passam por momentos de dúvidas, crises e até mesmo autoafirmação.

Os cursistas relataram que em suas relações com os gestores, têm dificuldade em expor seus pensamentos sobre a estrutura organizacional e pedagógica da instituição em que atuam, por considerarem um “problema” de ordem política, que termina por obscurecer suas capacidades profissionais, haja vista que com os estudos no PROINFANTIL, eles se sentem fortalecidos e estimulados a construir ações pedagógicas mais significativas. Daí a importância de gestores e secretarias em se organizarem, oportunizando a esses profissionais que atuem de forma a articular teoria e prática.

Esse relato busca exemplificar os diversos fatores geradores de ansiedade que muitos professores apresentam, poucas vezes tão expostos, porém é necessário o exercício da escuta, para que se permita estruturar, propor, questionar certezas e esclarecer dúvidas.

Os cursistas reclamam que a teoria vista no PROINFANTIL, muitas vezes, não pode ser colocada em prática devido a empecilhos diversos, como os apontados aqui anteriormente e, assim, sentem-se desvalorizados. Contudo, nós, enquanto professoras formadoras, fazemos um trabalho de motivação incentivando-os a continuarem estudando e tentando não apenas cuidar das crianças, mas sim educá-las de forma lúdica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CORAZZA, Sandra M. **Infância e Educação: Era Uma Vez – Quer Que Conte Outra Vez?** Petrópolis/RJ: Vozes, 2002.

DELGADO, J. **Os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Londrina/PR: Unopar, 2008.